



POR UM LIVRE CADA VEZ MAIS LIVRE
— plano de trabalhos —

PROPOSTAS POR UM LIVRE CADA VEZ MAIS LIVRE

Plano de Trabalhos da candidatura LIVREtária ao Grupo de Contacto do partido LIVRE

Em tempos de comemoração de meio século da revolução de Abril, pretendíamos apresentar **50 propostas** democratizantes a implementar durante o mandato 2024-2026, procurando assim honrar **50 anos de liberdade e democracia**. Afinal temos **59**, as que consideramos **necessárias para o LIVRE se cumprir**, sem querer forçar um número redondo.

Sabendo que o **Grupo de Contacto é um órgão colegial composto por elementos das listas eleitas em Congresso**, desejamos que a primeira acção passe pela **consensualização de uma Moção Estratégica de Compromisso**, que considere e conjugue as propostas de cada lista eleita. Por um LIVRE cada vez mais LIVRE.

índice

- ② MOÇÃO ESTRATÉGICA DE COMPROMISSO
- ③ GRUPO DE CONTACTO
- ④ FUNCIONAMENTO GERAL DO PARTIDO
- ⑥ NÚCLEOS TERRITORIAIS
- ⑧ CÍRCULOS TEMÁTICOS
- ⑩ CONGRESSOS E ELEIÇÕES DO LIVRE
- ⑬ RELAÇÃO COM CARGOS ELEITOS E VERDES EUROPEUS
- ⑮ COMUNICAÇÃO DO PARTIDO
- ⑰ ESTRATÉGIA ELEITORAL
- ⑲ COMPROMISSO DE ABERTURA

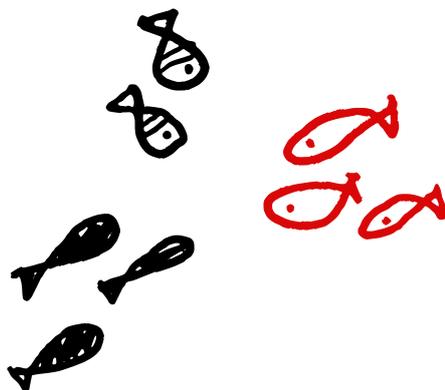


MOÇÃO ESTRATÉGICA DE COMPROMISSO

Dado ser um órgão colegial, devem as pessoas eleitas chegar a consenso numa **Moção Estratégica de Compromisso**, para a definição da acção do Grupo de Contacto (GC) num mandato partilhado que considere, na medida devida, as propostas de cada lista eleita.

Consideramos que as propostas e ideias das listas eleitas para o GC merecem a devida consideração. Na última legislatura várias vezes o LIVRE criticou - e bem! - o Partido Socialista por não dar ouvidos à oposição, fazendo uma leitura prepotente e pouco democrática da sua maioria absoluta. O LIVRE defendeu que o Partido Socialista deveria ter tentado **soluções de compromisso e convergência**, apesar de ter os votos para as dispensar.

Se o **debate tolerante e aberto**, associado a uma reflexão conjunta, tem potencial para melhorar o país, o mesmo pode ser dito sobre a vida interna do partido. Nas últimas eleições para o Grupo de Contacto, tendo uma lista obtido 5 dos 15 lugares deste órgão, não existiu abertura ou vontade da lista maioritária para encetar um processo negocial que culminasse na criação de uma “Moção Estratégica de Compromisso”. **Queremos um partido que dê voz a todos os Membros & Apoiantes [M&As], incluindo os eleitores das listas com menos votos.**



GRUPO DE CONTACTO

Os Estatutos do LIVRE definem como funções do GC a gestão quotidiana do partido e a coordenação entre os Núcleos Territoriais [NTs], os Círculos Temáticos [CTs] e os Grupos de Trabalho [GTs]. **Não é, pois, competência do GC definir a orientação estratégica do partido**, sendo essa, entre congressos, responsabilidade da Assembleia do LIVRE (AL).

A nossa leitura das funções do GC é de Gestão da Colaboração entre os elementos do LIVRE e **cumprir as orientações estratégicas** entretanto aprovadas, seja em Congresso, seja pela Assembleia do LIVRE. Esta moção, que levamos a Congresso, reflecte esse entendimento, daí que se foque em propostas sobre o **funcionamento interno do partido**, procurando uma maior **integração dos princípios fundadores e das regras definidas estatutariamente na gestão corrente e modo de funcionar do LIVRE**.

Portanto, no âmbito das responsabilidades do GC propomos:

- +H #1** **Diligenciar para garantir que o trabalho político interno e as tomadas de decisão decorrem colectivamente.** Somos um partido partilhado e é nosso objectivo operacionalizar processos de **democracia interna radicais**. Manteremos contacto próximo com NTs e CTs para melhorar o fluxo de informação e a capacidade de transformar essa informação em propostas de acção concretas. A **regionalização e assembleias cidadãos** são dois instrumentos para a persecução dos objectivos políticos do partido e consideramos que o LIVRE só sairia a ganhar dando o exemplo, isto é, implementando internamente **processos de decisão descentralizados e de funcionamento horizontal**.
- +D #2** **Promover maior transparência.** Pugnaremos por **maior abertura e disponibilização de informação** a todos os Membros e Apoiantes (M&As), de forma a **garantir maior equidade** na arena interna de debate e que todos os M&As tenham oportunidade para contribuir em pé de igualdade. Assim, lutaremos para que o partido disponibilize regularmente (propondo também a criação de ferramentas próprias):
 - os dados relativos ao **número de M&As** do partido e de cada NT;
 - informação sobre os **montantes alocados** a cada estrutura e aos vários projectos;
 - elementos relativos aos **contratos de trabalho** do partido.Deveria ser dever de um partido transparente **publicitar o fim que dá aos seus fundos públicos** disponibilizados pelos contribuintes. Em nome da transparência é nosso objectivo tornar públicos e de consulta fácil o **relatório de contas**, as **tabelas salariais** praticadas pelo LIVRE e consolidar a informação, já pública, sobre as **remunerações** dos eleitos e respectivos cargos assistentes.
- +T #3** **Assegurar que o GC seja, como os estatutos prevêm, um órgão subordinado à Assembleia do LIVRE.** Não queremos que o GC maniete ou condicione as deliberações da AL. Queremos, pelo contrário, cumprir as orientações da AL e incluir, tanto quanto possível, a AL nos processos negociais que ocorram, disponibilizando a **informação necessária e com a máxima antecedência possível**, para que a AL possa dar contributos que facilitem a aprovação dos acordos negociados e possa igualmente **deliberar de forma atempada, consciente e informada**.
- +C**
- +i**



- +i **#4** Defender o respeito pelos estatutos no que concerne à figura do porta-voz. O artigo 13º dos estatutos do LIVRE afirma: “O porta-voz é um membro do Grupo de Contacto, escolhido de acordo com o tema a ser abordado no exterior, sendo por isso um **cargo rotativo**”. Não tem sido esta a prática nos últimos dois anos. Não queremos compactuar com esta flagrante violação dos estatutos.
- +T **#5** Defender o cumprimento dos estatutos no que concerne à realização de reuniões públicas mensais. Há mais de um ano que não se realiza nenhuma reunião pública do GC e, no nosso entender, isso prejudica o partido e viola os estatutos. Estas reuniões devem ser **verdadeiras oportunidades para interação com M&As**, em vez de um exercício inconsequente.
- +C **#6** Desenvolver o trabalho do GC com recurso ao PL e outras soluções de trabalho colaborativo baseado em software livre. Não só é importante de um ponto de vista político, demonstrando que é possível a **organização eficaz de colectivos** sem recurso a monopólios tecnológicos e outros actores que abusam dos seus utilizadores, como nos permite **adaptar as ferramentas ao uso que lhe queiramos dar**. O GC deve ser um exemplo no uso dos recursos do partido.
- +T **#7** Permitir o **escrutínio da acção do GC** e o acompanhamento da concretização de várias propostas que constam nas Moções Estratégicas aprovadas em Congressos Electivos. Maior transparência facilitará ainda o **alavancar do trabalho colaborativo** dentro do colectivo LIVRE.



FUNCIONAMENTO GERAL DO PARTIDO

Importa **estimular o envolvimento dos M&As na vida do partido**, não só por consistência com os princípios e valores democráticos que o LIVRE propõe, mas também porque isso traz força e eficácia ao partido. Na tomada de decisões colectivas, os órgãos do partido só têm a ganhar em dar ouvidos aos M&As que querem participar do debate e tomada de decisões, bem como envolver-se nas diversas iniciativas.

Uma forma simples e directa de encorajar o envolvimento de M&As na vida do partido é **acessibilizar o acesso à Plataforma Ponto LIVRE**. Trata-se de uma extraordinária ferramenta de participação política e temos orgulho em fazer parte do partido que a desenvolveu e implementou, com alguns de nós intimamente envolvidos nesse processo.

Infelizmente, apenas uma pequena proporção dos membros e apoiantes está inscrita no Ponto LIVRE, e destes apenas uma parte participa com regularidade na actividade do PL. É relativamente comum as pessoas chegarem ao LIVRE com muita vontade de participar e dar o seu contributo para o funcionamento do partido.

No entanto, mesmo após a sua inscrição ter sido aceite, muitas desconhecem a existência desta ferramenta de participação. **E as que tentam ingressar no PL podem esperar longos meses até o seu pedido ser aceite**. Durante esse tempo, em que se esvai o entusiasmo inicial, as pessoas organizam a sua disponibilidade de ma-



neira que quando finalmente têm acesso ao PL já não têm a mesma capacidade, nem criaram hábitos e rotinas de participação que o seu entusiasmo inicial poderia ajudar a criar. Tudo isto pode ser facilmente ultrapassado.

Outra forma de encorajar o envolvimento de Membros e Apoiantes é incentivar no acolhimento à **inscrição no NT respectivo e nos CTs de seu agrado**. Devemos encorajar que os debates programáticos nos CTs e NTs sejam consequentes, criando uma boa prática de interação com estes órgãos e tornando - para todos os efeitos práticos - algumas das suas reflexões mais deliberativas, encorajando assim a participação e esforço de reflexão cuidada pelos M&As.

Também a ferramenta do **referendo** já foi utilizada. A sua utilização nas eleições Presidenciais de 2016 teve aspectos negativos: foi realizada quando menos de metade dos candidatos que se viriam a apresentar, nomeadamente Marisa Matias e Maria de Belém ainda não tinham lançado a sua candidatura e já era expectável que candidaturas de peso viessem a avançar. Estes aspectos impediram os M&As do LIVRE de fazer uma escolha adequadamente informada a respeito da candidatura a apoiar. Apesar disso, é importante **reavivar a ferramenta do referendo**, particularmente para este tipo de escolhas estratégicas, desde que **precedido de uma discussão interna aprofundada e mobilizadora**.

Queremos ainda realçar a importância da **paridade como mecanismo reforçador da igualdade de género**. No entanto, e à semelhança do que ocorre globalmente na sociedade, também no LIVRE existe uma tendência para a sub-representação feminina, tal como sucedeu no mandato cessante da AL, exercido sem o número suficiente de mulheres, em violação do que está definido estatutariamente.

Assim sendo, quanto ao funcionamento geral do partido, aquilo que propomos é:

+H #8 **Fomentar o envolvimento dos M&As na actividade política do LIVRE**, estimulando a realização de encontros virtuais ou - idealmente - híbridos com o propósito de acolher e **envolver novos M&As**.

+H #9 **Facilitar o acesso ao Ponto LIVRE**. Queremos que na primeira mensagem de resposta à inscrição no LIVRE conste não apenas uma mensagem a convidar a integrar a plataforma PL e a expor a sua importância como veículo de participação na vida do LIVRE, como também as credenciais de uma conta já criada. É relativamente comum as pessoas chegarem ao LIVRE com muita vontade de participar e dar o seu contributo para o funcionamento do partido: vamos **aproveitar este entusiasmo inicial para ter mais força e maior capacidade de mobilização e actuação**.

+H #10 **Defender a implementação das moções já aprovadas**, relacionadas com o funcionamento do PL e fomentar a **criação de uma equipa de voluntários** que se dedique a conhecer a fundo as **possibilidades do PL**; a pesquisar **referências de vanguarda em trabalho, decisão, organização e comunicação de colectivos políticos e colaborativos**; e a **apoiar utilizadores do PL**, promovendo boas práticas internas já em curso por vários M&As, entre os quais o grupo informal “guiques livres”.

+C #11 **Priorizar o cumprimento do regulamento no que concerne aos prazos de resposta às novas inscrições de M&As**. Importa realizar esforços para angariar novos M&As e fazer crescer o par-



tido, mas antes ainda destes esforços se justificarem importa **não alienar e desencorajar** quem quis tornar-se Membro ou Apoiante de livre iniciativa. Será para nós uma prioridade garantir o cumprimento dos estatutos nesta matéria.

- +H #12 Tornar os CTs e os NTs mais consequentes reforçando a prática de **auscultar estas estruturas e atribuir carácter deliberativo**, para todos os efeitos práticos, aos seus debates cruciais. No nosso entender, a capacidade destas estruturas ajudarem os órgãos nacionais a ouvir e reflectir com o colectivo deve ser reforçada e valorizada.
- +D #13 Analisar as causas por detrás do fenómeno da sub-representação feminina, para consolidar uma estratégia de **atração e retenção de mulheres na actividade partidária**, bem como assegurar que os mecanismos que já existem para a promoção da paridade dentro do partido, sejam cumpridos e melhorados.
- +H #14 Defender um maior recurso ao instrumento do referendo, já anteriormente utilizado, que deve ser **precedido por um debate colectivo aprofundado**, no qual todos os eleitores serão encorajados a participar. Defender também um maior recurso a **consultas e questionários**.
- +C #15 Aumentar a oferta de formação política. No nosso entender, a oferta de formação política no LIVRE está muito aquém de ser suficiente e deve ser aprofundada. Procuraremos **mobilizar as estruturas** que existem (os CTs, o Centro de Estudos José Tengarrinha e até os NTs ou outras que mostrem essa vontade) colaborando na criação de uma **oferta formativa adequada**.
- +T #16 Iniciar um debate interno sobre a possibilidade ou a necessidade de implementar um **regime de incompatibilidades para cargos de decisão**.



NÚCLEOS TERRITORIAIS

Consideramos que muitas vezes é na política local que os cidadãos encontram a melhor solução para os problemas sociais. Os NTs podem, assim, ter um impacto significativo na vida das pessoas. Hoje são cada vez mais os nossos concidadãos que desconfiam das instituições públicas, depositando pouca esperança nos partidos políticos como solução para os problemas económicos e sociais. Nós acreditamos que nada pode ser mais benéfico para uma democracia saudável do que aceitar que a solução passa por uma **política envolvente, que promova a participação cívica directa de todos os que queiram colaborar**.

Pensamos que os NTs podem ter uma **dimensão variável**, baseada nos concelhos, mas permitindo agregação de concelhos mais pequenos, ou separação em freguesias nos maiores. O critério fundamental deve ser a existência de **uma dimensão que permita uma ação eficaz**. Seria desejável possibilitar a existência de núcleos territoriais de freguesia.

É fundamental que os NTs sintam que fazem parte integral do colectivo LIVRE, onde quer que se lo-



calizem no território e independentemente do seu tamanho. Precisamos de dinamizar a relação dos NTs com as restantes estruturas do partido e **garantir que se sentem apoiados nas iniciativas que planeiem levar a cabo.** Manter um contacto regular com os Grupos de Coordenação Local [GCL] facilitará este objectivo, tal como colocar os recursos centrais do partido à disposição dos NTs, não apenas alocando orçamento, mas também recursos humanos, técnicos e materiais. O partido defende a regionalização para o país, mas continua centralizador na sua gestão.

Assim sendo, quanto aos Núcleos Territoriais, aquilo que propomos é:

- + H #17** **Trabalhar com os NTs existentes e em formação** para saber das suas dificuldades e necessidades, por forma a termos um **Guião de apoio à formação de NTs** acessível e capaz de guiar os membros interessados desde a intenção, até aos primeiros dias do Núcleo já aprovado. Consideramos que deve ser dada **confiança** a todos os membros para representarem localmente o nosso partido. A constituição de NTs é, provavelmente, a melhor forma de **consolidar o trabalho político de um partido horizontal**, permitindo a todos os camaradas a capacidade de agir localmente.
- + H #18** **Manter uma orgânica horizontal dos NTs.** Acreditamos ser fundamental que NTs **se coordenem para maximizar as suas ideias e acções** e que nenhum GCL seja obrigado a submeter a sua vontade aos demais. **Trabalhar para** que o GC concretize o seu papel estatutário de **colocar os diferentes órgãos em colaboração**, garantindo que **ninguém está sozinho nas suas lutas locais.**
- + H #19** **Colocar os recursos centrais do partido à disposição dos NTs**, não apenas alocando orçamento, segundo o princípio da subsidiariedade, mas também **recursos humanos, técnicos e materiais**, capacitando a acção local do partido e apostando na capacidade de mobilização e recrutamento a nível local.
- + D #20** **Apoiar os NTs no desenvolvimento das ferramentas necessárias para auscultar as populações activamente e em continuidade.** Por exemplo, através de assembleias de cidadãos ou outras ferramentas de democracia deliberativa, que **envolvem os cidadãos nas decisões políticas locais e valorizam o conhecimento local.**
- + C #21** **Servir de catalisador à formação de NTs**, tendo em conta a massa crítica de M&As e eleitores do LIVRE. **Incentivar a criação de NTs**, priorizando os concelhos onde o LIVRE obteve **mais de 3%** dos votos e **mais de 1000 votos** nas últimas eleições legislativas.
- + D #22** **Apoiar a abertura à sociedade civil.** Muitas associações e colectivos têm feito um trabalho local precioso e acreditamos que é muito positivo e desejável que os NTs conheçam, colaborem ou apoiem estes projectos, **numa lógica de contacto com a sociedade civil.** No GC procuraremos dar todas as condições para a realização destes contactos. Se a nossa presença em encontros deste tipo for solicitada pelo NT, será prioritário garantimo-la.





CÍRCULOS TEMÁTICOS

Os CTs são o fórum privilegiado para os M&As participarem no **debate e na reflexão programática e ideológica**, bem como para a construção colectiva das **propostas eleitorais do partido, posicionamento e agendamento políticos**. Os CTs são ainda as estruturas privilegiadas para **ouvir e dialogar com a sociedade civil**. **Muitos CTs têm hoje uma actividade mais rica e dinâmica do que** a que ocorria nos primeiros anos de formação do partido. Ainda assim, mesmo aqueles que têm actividade regular poderiam ir mais longe nas suas contribuições para o partido e aqueles que não têm tido actividade deveriam ser estimulados e encorajados a produzir reflexão e actividade política adequada. Mais que vontade de quem participa, o que acaba por faltar é **reconhecimento da sua pertinência e consequente incorporação dos resultados na proposição política LIVRE**.

Acrescidamente, **tem existido uma tendência centralizadora** por parte do GC no que diz respeito, por exemplo, a tomadas de decisão quanto a contactos com entidades exteriores para a participação nas reuniões dos CTs ou Grupos de Discussão [GDs]. Apesar de constar nos estatutos: *“Os círculos temáticos [...] promovem o debate de ideias entre os membros e apoiantes do LIVRE e os cidadãos em geral, com vista ao encontro e formação de propostas e programas políticos e o desempenho de ações específicas”*, o entendimento do GC foi de que as equipas de coordenação não deveriam contactar directamente as associações ou colectivos, mas, ao invés, pedir ao GC que encetasse esses contactos.

Dada a considerável carga de trabalho que tem recaído sobre o GC, nalguns casos não terá sido capaz de efectuar todas as diligências para garantir a presença das associações que os CTs quiseram convidar (que ultrapassam o envio de uma mensagem de correio electrónico). O chamar a si esta responsabilidade é uma forma de centralização que prejudica o partido. Por um lado, **sobrecarrega desnecessariamente o GC** e, por outro, **manieta a acção dos CTs**.

No nosso entender, **cabe ao GC apoiar os CTs**, idealmente participando activamente nos mesmos (mas sem assumir responsabilidades de coordenação). Esta participação nos CTs também promove e potencia a comunicação entre os M&As, com vontade de se envolver na actividade do LIVRE e os membros que fazem parte dos órgãos nacionais do partido. Isto torna o **debate interno mais robusto, dinâmico** e ajudará a **empoderar e mobilizar os M&As** com vontade de participarem nos CTs.

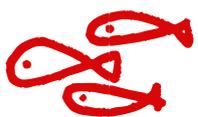
Assim sendo, aquilo que propomos para a forma como o GC interage com os CTs é:

- +C #23** Contribuir para promover uma cultura de participação dos membros dos órgãos nacionais (GC e AL) nos CTs. Isso não só ajuda a **criar massa crítica e a dar força** ao funcionamento dos CTs, como também contribui para **informar as suas tomadas de decisão**, aproximando as conclusões dos debates e reflexões aí realizados. Isto acresce **maior consistência entre o debate político interno e o posicionamento das bases e as decisões dos órgãos**, como também dá força aos CTs, na medida em que o trabalho lá desenvolvido tenderá a ser visto como mais consequente.



Finalmente, ajuda a criar pontes entre os M&As do LIVRE que se querem envolver na actividade política e os seus representantes nos órgãos nacionais. Defendemos que esta participação mais activa **não** deve incluir o aceitar de responsabilidades de coordenação dos CTs. **Os membros desta lista que forem eleitos para o GC irão participar activamente nos CTs**, mas também irão encorajar outros membros do GC e da AL a fazerem o mesmo.

- +H #24** Pugnar para que a reflexão e trabalho político autónomo realizado nos CTs seja mais conseqüente. No nosso entender, é um erro ignorar ou desprezar o trabalho político que é realizado pelos CTs. Neste momento, o trabalho dos CTs só é devidamente valorizado quando surge na sequência de uma solicitação do Gabinete Parlamentar [GP] ou do GC (já aconteceu um GD ter elaborado um parecer sobre o Orçamento de Estado que não foi considerado). Sendo desejável (e esperamos que continue a acontecer) que o GP e o GC contem com a ajuda dos CTs e a valorizem, acreditamos que esse mesmo trabalho **deve ser valorizado mesmo quando decorre da reflexão destas estruturas por sua iniciativa própria e autónoma.**
- +D**
- +C #25** Estimular e encorajar a autonomia dos CTs, em vez de controlar e micro-gerir a sua actividade. Na nossa interpretação dos estatutos, os CTs têm **autonomia para contactar associações e colectivos**, quer com o propósito de **enriquecer o debate e a reflexão internos**, quer com o propósito de **aproximar o partido da sociedade civil**. O GC deve estar a par desses contactos, mas não os deve inibir quando as coordenações dos CTs tiverem vontade de os encetar, a não ser em situações extraordinárias, devendo ao invés apoiar e incentivar este tipo de actividades.
- +C #26** Estabelecer um horário de uso das sedes do LIVRE, disponibilizando o seu uso, algumas horas por semana, aos CTs, para estes desenvolverem actividades presenciais e híbridas que pretendam levar a cabo.
- +C #27** Encorajar e incentivar a participação dos M&As nos CTs, defendendo a implementação das propostas que aqui apresentamos e fazendo apelos nos vários fóruns de debate e convívio em que participarmos. Além disso, vamos incentivar e criar as condições para que os M&As recentemente chegados ao partido, possam **conhecer rapidamente os CTs** e perceber que estes são o **canal privilegiado para participarem no trabalho de debate, reflexão e construção programática do partido.**
- +C #28** Estudar a possibilidade de dedicar uma parte do Orçamento do LIVRE para suportar as iniciativas dos CTs, dando à coordenação, após consulta e debate com os M&As desse Círculo, a capacidade de fazer escolhas estratégicas sobre a alocação desses recursos.
- +C #29** Sendo o GC o órgão responsável pela coordenação e facilitação da articulação entre os órgãos e estruturas do partido, **promoveremos uma maior articulação entre os CTs e as restantes estruturas e órgãos do partido**, como a AL e os seus Grupos de Trabalho [GT], ou o Grupo Parlamentar, bem como entre os vários CTs e respectivos GDs, para **fomentar sinergias** e evitar, tanto quanto possível, sobreposição e repetição de tarefas, maximizando dessa forma uma gestão óptima dos recursos, quer de tempo, quer humanos. Um momento adequado pode ser nas reuniões abertas do GC, **convidando a coordenação dos CTs a participar.**





CONGRESSOS E ELEIÇÕES DO LIVRE

Cada Congresso é um **momento alto na política do LIVRE** e o facto de ser um evento no qual todos os membros podem **participar em igualdade e tomar decisões tão importantes e consequentes** é algo que nos enche de orgulho neste partido e que tanto nos continua a entusiasmar.

Infelizmente, há algumas questões relativamente às quais o LIVRE não deu passos para se ajustar à dimensão que ganhou e o funcionamento dos Congressos mais recentes é uma delas.

Nos primeiros Congressos do LIVRE, onde o número de Congressistas se contava em dezenas, era possível discutir razoavelmente (já na altura, menos que o ideal) cada proposta de emenda ao programa eleitoral. Agora, à medida que o partido cresceu, o panorama mudou.

No último Congresso o volume de emendas proposto era de tal forma elevado que seria **completamente impraticável** usar o tempo do Congresso para **discutir as propostas**. Cada Congressista confrontou-se com um tremendo volume de propostas para ler e avaliar, muitas delas com implicações sociais, económicas, legais, políticas e ambientais tão fortes que **mereceriam uma reflexão e debate prolongados**.

Mas, se por um lado, o volume de propostas era excessivo, por outro lado, a possibilidade de aprofundar a reflexão e o debate em torno de cada proposta era quase nula: o Congressista apenas tinha acesso ao texto da proposta e muito raramente a um comentário da comissão redactorial não existindo forma de conhecer e partilhar pontos de vista diversos. A quase total ausência de debate sobre a esmagadora maioria das propostas de emendas apresentadas marcou o último Congresso. **Esta forma de funcionar vai necessariamente resultar em propostas pouco reflectidas, incongruentes e até inconsistentes umas com as outras.**

No entanto, é possível facilitar o debate e a reflexão conjuntas e mudar algumas práticas colectivas para aumentar o grau de reflexão sobre as propostas. No que diz respeito ao que o GC pode e deve fazer, é possível criar uma **infraestrutura virtual que facilite o debate colectivo** sobre cada proposta de emenda, permitindo a qualquer membro ou apoiante **argumentar sobre cada proposta e consultar o debate**.

A ferramenta de votação deveria **assumir a abstenção nas centenas de propostas por omissão**, facilitando o voto daqueles que se queiram pronunciar apenas sobre um pequeno número de propostas cujo debate tenham acompanhado. Este comportamento - não procurar votar em todas as propostas, mas optar por **votar num menor número relativamente ao qual se conseguiu acompanhar o debate e fazer a adequada reflexão** - deveria ser encorajado, nomeadamente pelos membros dos órgãos nacionais.

A infraestrutura virtual melhorada e o encorajamento a este comportamento eleitoral ajudam a evitar os problemas criados pela falta de reflexão neste processo, mas não chegam para dar uma resposta satisfatória a este problema.

Uma solução passa por termos um **processo de construção do programa em contínuo**. Esse foi o propósito



da moção 13 apresentada no XII Congresso, denominada “**Programas Vivos**”. Logo durante o Congresso se argumentou que a proposta era incompatível com os estatutos do LIVRE. De facto, pode não ser possível resolver o problema descrito sem uma alteração dos estatutos.

A este respeito, a nossa posição é favorável a soluções que, **preservando a democraticidade do processo de aprovação de emendas**, resolvam o problema da incapacidade de reflectir adequadamente sobre as mesmas. Preservar a democraticidade do processo de aprovação de emendas implica **preservar a capacidade de qualquer M&A propor emendas e a capacidade de nelas votar em igualdade para com outros M&As**. As emendas devem ser sinalizadas como tendo sido aprovadas/rejeitadas/alteradas por determinado CT, **com informação da acta correspondente**, o que facilitará consideravelmente o processo de revisão das emendas por parte dos Congressistas.

No que diz respeito às **eleições primárias**, somos da opinião que o escrutínio dos M&As deve ser encorajado e não temido. O LIVRE tem muito a perder em não escrutinar devidamente os seus candidatos.

No PL deve ser criado um **espaço próprio para debate e informação associada às primárias**, onde os candidatos devem ser encorajados a participar, intervir e a aprofundar as razões que presidem à sua candidatura, eventualmente apelando ao voto - candidatos que não sejam M&As deverão ter acesso a este espaço (e apenas a esse espaço) para poderem **participar na campanha em igualdade com os restantes candidatos**.

É desejável que nos debates entre os candidatos exista espaço para os mesmos falarem à vontade sobre as suas prioridades e escolhas políticas. **Somos favoráveis ao dinamismo e iniciativa dos membros e apoiantes durante os processos de primárias**. No nosso entender, é desejável que o debate, confronto de ideias, reflexão e escrutínio em muito ultrapassem aqueles que devem ser garantidos pela Comissão Eleitoral. É positivo que surjam, da iniciativa dos M&As, **entrevistas, inquéritos**, iniciativas de campanha que a tornem mais viva e dinâmica, ajudando a propiciar um escrutínio mais completo. Acreditamos também que é desejável que os candidatos sejam **confrontados com questões relativamente às quais os M&As do partido se dividem**, aproveitando as eleições primárias para que se pronunciem também sobre tais questões.

Assim sendo, no que concerne aos Congressos e eleições do LIVRE, propomos:

- +T #30** Trabalhar para criar uma infraestrutura virtual que facilite o debate colectivo sobre cada proposta de emenda ao programa eleitoral. Esse debate deve encerrar o tempo suficiente antes do Congresso, **dando tempo necessário à comissão redactorial** para ter a penúltima palavra e ao proponente para ter a última. Procuraremos que a ferramenta de votação assuma a abstenção nas centenas de propostas por omissão, facilitando o voto daqueles que se queiram pronunciar apenas sobre um pequeno número de propostas **cujo debate tenham acompanhado**.
- +C #31** Defender publicamente que é desejável que os Congressistas votem apenas nas propostas **relativamente às quais fizeram a adequada reflexão**. O partido tem a ganhar em que cada M&A vote apenas nas propostas relativamente às quais teve tempo e disponibilidade para **reflectir adequadamente**, sendo melhor que vote em poucas e em consciência do que em todas de forma pouco reflectida. Por ser uma prática desejável, deve ser encorajada verbalmente por todos os M&As que se revejam nesta solução, em particular aqueles que compõem os órgãos nacionais, como o GC.



- + D **#32** **Levar uma proposta de um “Regimento Geral de Base” para os Congressos**, de forma a que a partir do momento que seja marcado um congresso electivo se saiba imediatamente quais os **prazos e as condições de apresentação de candidatos e candidaturas e de campanha**. Nestes regulamentos, os prazos em geral (para protestos, recursos e demais procedimentos) não devem ser de 24h, mas mais alargados para **permitir reacções e respostas bem ponderadas**.
- + D **#33** **Defender a criação de um espaço no PontoLIVRE para a campanha associada às Primárias**.
+ i Qualquer integrante do colégio eleitoral que não seja M&A do LIVRE (o que pode incluir alguns candidatos) **deverá ter acesso apenas a este espaço do PL**. Os candidatos devem ser encorajados a participar, intervir e a aprofundar as razões que presidem à sua candidatura, sem receio de saturar o debate no partido - só vai a este espaço quem o desejar - ou explorar uma desigualdade face a quem não é M&A. Isto dará **mais dinamismo à campanha e capacidade de escrutínio e decisão informada** aos membros do colégio eleitoral em geral e aos M&As em particular.
- + D **#34** **Ponderar a obrigatoriedade de resposta a um inquérito/questionário na avaliação de candidaturas às primárias**. Os M&As serão convidados atempadamente a sugerir perguntas e escolher as que devem ser incluídas no inquérito. Consideramos que isto dará **mais dinamismo** à campanha, **melhorará o escrutínio** e permitirá aos membros do colégio eleitoral fazer **escolhas mais informadas**.
- + D **#35** **Criar as condições para que se passe a usar uma ferramenta de votações mais apropriada**.
+ T Para eleições com número elevado de candidatos a actual ferramenta eleitoral é muito pouco prática, dificultando em demasia o voto e desencorajando a participação eleitoral, criando frustração e perda de tempo desnecessária naqueles que participam. **Existem soluções de software livre adequadas**, que obviariam ao uso de plataformas de votação externas.
- + T **#36** **Defender que a Comissão Eleitoral [CE] deverá partilhar todos os dados e resultados sobre processos eleitorais internos e de primárias**. Nas eleições primárias mais recentes a CE dispunha dos dados relativos à votação desagregados entre M&As e eleitores externos, inicialmente tendo-se limitado a partilhar os dados agregados. Em resposta a pedidos que surgiram, a CE partilhou os dados desagregados quando muitos M&As nem sequer sabiam que esses dados estavam disponíveis para a CE. No nosso entender, não faz sentido a CE ter mais dados sobre os resultados da votação do que os restantes M&As. **Toda a informação sobre os resultados finais a que a CE tem acesso deve ser partilhada, tal como acontece em todas as eleições nacionais**. Uma vantagem adicional é a CE ver a sua carga de trabalho um pouco reduzida por se tornar desnecessário a resposta a pedidos de informação não partilhada.
- + T **#37** **Advogar a criação e disponibilização ao Congresso de um registo da assiduidade de todos os Membros da Assembleia LIVRE**, que pode ser uma informação relevante em caso de recandidatura. Lutaremos também para criar e disponibilizar ao Congresso um **registo de todos os votos públicos de todos os Membros da AL**, caso os Congressistas queiram levar essa informação em consideração na hora de votar.



+D #38 Defender que cada Congressista deve votar em 10 candidatos para a Assembleia do LIVRE, conforme foi o caso desde a formação do partido até Março de 2022 e não 25 (nem os 36 da proposta de regimento feita pelo actual GC para o XIV Congresso). A eleição para a AL ocorre de forma **uninominal** e não por lista. Embora vejamos vantagens e defeitos em qualquer dos modos de funcionamento, estamos convictos que uma Assembleia que é uninominal de jure, mas constituída por listas de facto acaba por corresponder ao pior dos dois mundos. À desvantagem imediata de cada Congressista votar num número de nomes tão elevado, o que dificulta o adequado escrutínio de cada um deles, junta-se uma outra, quiçá ainda mais perversa. Além deste enquadramento poder multiplicar as distorções à proporcionalidade (torna-se fácil que mesmo que 10% ou 20% dos Congressistas votem num conjunto de candidatos, não tenham qualquer representação), ele encoraja e estimula a criação de “listas não oficiais”, cada uma das quais capaz de dominar a Assembleia. **Um candidato desalinhado com qualquer destas “listas não oficiais” terá muito mais dificuldade em ser eleito com base neste tipo de regulamentos.** Naturalmente não é o GC que determina e decide a respeito deste tipo de regulamentos, nem deve ser. No entanto, seremos claros e vocais em relação à nossa opinião de que esta alteração não favorece uma Assembleia verdadeiramente plural e **deveria ser revertida para os 10 votos originais.**

+T #39 Tornar o processo de campanha o mais informativo possível e de fácil escrutínio, para que os M&As do LIVRE possam **deliberar em consciência.** Nesse âmbito, consideramos essencial que exista **pelo menos 1 debate aprofundado** entre representantes das listas.



RELAÇÃO COM CARGOS ELEITOS E VERDES EUROPEUS

poder local

O poder autárquico é fundamental para a implantação do Livre a nível nacional. O contacto próximo entre os representantes locais do LIVRE e o respectivo Núcleo Territorial só pode beneficiar o partido, quase tanto como o contacto próximo entre os representantes locais do LIVRE e a população do respectivo território. O LIVRE já tem tido casos verdadeiramente exemplares de eleitos locais que criaram **eventos regulares de prestação de contas e contacto com a população:** faremos o que estiver ao nosso alcance para estimular e apoiar a reprodução dessas boas práticas.

+D #40 Antecipar a preparação das eleições autárquicas 2025, aproveitando as experiências acumuladas com as representações autárquicas do LIVRE. Podemos iniciar um processo de presença no terreno e efectivar uma campanha baseada na **abertura à sociedade e na capacidade do LIVRE albergar colectivos activos locais** que comungam dos nossos princípios e valores.



assembleia da república

No nosso entender o Grupo Parlamentar [GP] na Assembleia da República deve centrar as suas propostas na concretização do Programa Eleitoral do partido, tendo, naturalmente, posicionamentos consistentes com os princípios e valores do partido. O partido deve **apoiar a actividade parlamentar** sempre que solicitado, na medida do possível e desejável e com **respeito pela devida autonomia** dos eleitos.

Mas se o partido não pode, nem deve, condicionar a actividade parlamentar, também é verdade que a direcção do partido não deve ser uma “correia de transmissão” do GP. **O partido deve preservar a sua autonomia**, evitando que a sua actividade se limite às exigências parlamentares.

Aquilo que defendemos para a relação com o Grupo Parlamentar é:

- +C #41 **Apoiar a actividade parlamentar dentro do que for solicitado ao partido, estimulando os processos internos necessários a que esse apoio ocorra da forma mais participada e abrangente.** Isto inclui (mas não se limita a) providenciar o apoio que a AL solicitar para debates internos associados ao auxílio da actividade parlamentar ou coordenar com os CTs e outras estruturas na produção de conteúdos necessários.
- +i #42 **Respeitar a autonomia da actividade parlamentar, preservando a autonomia do partido,** que deve ser capaz de se centrar noutros propósitos e objectivos. É importante garantir um **crescimento orgânico do partido**, estimular a **criação de estruturas locais**, um **contacto mais próximo com a população e os colectivos**, entre outras.
- +D #43 **Ajudar representantes do LIVRE a criar infra-estruturas e práticas para escrutínio, interno e externo.** A prática de **prestação de contas e contacto próximo com a sociedade e com o partido** é algo que irá beneficiar o LIVRE e deve ser estimulado.

parlamento europeu

Se o LIVRE eleger um eurodeputado (ou mais), aplicam-se as mesmas considerações expostas relativamente ao GP na Assembleia da República: importa **apoiar a actividade parlamentar e estimular o escrutínio**, respeitando a adequada autonomia, sendo fundamental que o partido tenha **capacidade de se centrar noutros propósitos**. O que importa acrescentar é a importância da **coordenação entre estes dois grupos parlamentares**. O LIVRE tem um projecto para a reforma institucional da União Europeia (no sentido de aumentar a democraticidade das instituições) que só pode ser concretizado de forma plena se existir uma **acção coordenada na arena nacional e europeia**.

- +D #44 **Promover a cooperação entre os representantes do LIVRE na Assembleia da República e no Parlamento Europeu,** nomeadamente para avançar no propósito político e programático de reformar as instituições europeias no sentido de uma maior democratização.



Relação com os verdes europeus

Existe uma razoável diversidade ideológica e programática nos Verdes europeus e parece clara a existência de **compatibilidade entre o programa político do LIVRE e o projecto deste partido europeu**, nomeadamente no que diz respeito às **questões ambientais**, ao projecto de **democratização da União Europeia**, bem como à salvaguarda de uma **política inclusiva e progressista**. Não propomos alterar a relação que existe entre os Verdes europeus e o LIVRE. Ao invés, acreditamos que a pertença a este colectivo transnacional apresenta oportunidades que devem ser aproveitadas: o LIVRE pode envolver-se em **lutas políticas à escala europeia e mundial** - já que muitas das preocupações dos M&As e dos diagnósticos e ambições no seu programa político têm essa escala - possivelmente com mais eficácia. No entanto, importa:

- +D #45 **Assegurar a primazia da vontade do LIVRE e dos seus M&As**, caso venham a existir incompatibilidades entre estes e a posição dos Verdes europeus.
- +i
- +D #46 **Organizar processos deliberativos com M&As para contribuições à tomada de posições dos Verdes europeus**. Esta prática vai contribuir para o **alinhamento de posições entre o LIVRE e os Verdes europeus e expandir a capacidade deliberativa dos M&As do LIVRE**.
- +C



COMUNICAÇÃO DO PARTIDO

Consideramos haver espaço para o LIVRE melhorar a sua comunicação. Se o partido quer dar um contributo substancial para **derrotar ideologias de cariz autoritário**, para **fortalecer as forças progressistas** e, principalmente, para **concretizar o seu programa político** é absolutamente necessário que a sua **mensagem consiga ser compreendida pela maioria dos cidadãos**. No nosso entender, a forma mais eficaz - dados os recursos limitados - e consistente com os nossos princípios de fazer com que a população nos oiça, passa por fazer um esforço genuíno para **ouvir a sociedade: as pessoas, os colectivos, as associações**. Sobretudo achamos ser possível **diminuir a distância entre as políticas do partido e a sociedade**, melhorando a **forma** e o **conteúdo** da comunicação do LIVRE.

No que diz respeito à **forma**, a realidade é que o uso de uma **linguagem simples, eficaz** e que atinja os **propósitos comunicacionais** com uma determinada audiência desenvolve-se também pela prática da **comunicação quotidiana** com e para essa audiência. Conhecer não apenas os canais, físicos ou virtuais, mas principalmente a forma correcta de os usar, é essencial, mas impossível sem um **contacto mais próximo com as populações**.

Quanto ao **conteúdo**, o contacto com a população, os colectivos e as associações, não só providenciará ao partido informação relevante sobre as **principais preocupações, prioridades e sonhos da sociedade civil**, bem como a necessária apreciação crítica do trabalho feito. Isto pode e deve ser levado em conta no processo de construção programática por duas razões: porque conduz a melhores propostas, **ao encontro dos anseios da população** que queremos representar e servir; e porque é **consistente com as nossas convicções democráticas e libertárias**. Mas existe um terceiro benefício neste processo: o de centrar o nosso conteúdo comuni-

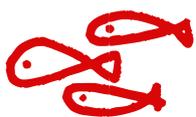


cacional nas propostas que ressoam de forma **mais positiva, trazendo alegria, entusiasmo e envolvimento**, tornando assim a nossa comunicação mais eficaz.

Esta proximidade com a população - de todas as idades, géneros, etnias, de todos os níveis de rendimento, de todos os níveis de instrução - pode e deve ser instigada. Todos os órgãos do partido, desde os Núcleos Territoriais e Círculos Temáticos, até à Assembleia do LIVRE devem procurá-la e **o Grupo de Contacto não deve ser excepção.**

Concretamente, para a promoção deste propósito, propomos:

- +D #47** Usar as redes sociais para promover sessões de esclarecimento e como mecanismo mobilizador. Algumas forças políticas que têm apresentado um crescimento muito rápido têm divulgado apelos em vídeo e noutros formatos a que lhes sejam endereçados convites para ir às escolas ou outras colectividades falar e prestar esclarecimentos sobre as suas convicções políticas e as suas propostas programáticas. Não obstante o lado hipócrita e inconsistente desta iniciativa no contexto de forças políticas que acreditam numa sociedade mais hierarquizada e menos livre, **o método é eficaz e intrinsecamente desejável.** Com o LIVRE a organizar um processo deste tipo, além do **benefício directo e imediato que advém da participação propriamente dita**, o LIVRE também beneficiará da **experiência acrescida** de todos os membros dos órgãos que tiverem participado.
- +C #48** Organizar “campanhas fora da campanha”. Existem alguns benefícios em promover acções de rua com distribuição de panfletos e contacto com a população em plena campanha eleitoral: muitas pessoas estão com mais curiosidade e atenção ao processo político nessa fase e a probabilidade da comunicação social dar projecção acrescida a essa iniciativa é muito superior. Existem, no entanto, alguns inconvenientes. Não só o processo soa a “encenado”, “pouco genuíno” e é recebido com cinismo e cepticismo por uma parte substancial da população, como torna difícil a diferenciação face a outras forças políticas que fazem precisamente o mesmo. O LIVRE ganharia muito em organizar este tipo de “**acções de campanha**” **fora do período das campanhas eleitorais**, como aliás corresponde a um repetido apelo de algumas das pessoas com quem tomamos contacto neste tipo de eventos. **Queremos encorajar os Núcleos Territoriais a organizar acções deste tipo, mas queremos também assumir a realização de algumas dessas acções a nível nacional.**
- +C #49** Coordenar “debates na rua”. O LIVRE organizou um **debate** (sobre o Rendimento Básico Incondicional) num **jardim urbano**. Foram trazidas colunas, cadeiras e o debate decorreu no contexto de uma **forte proximidade com a população circundante**. Nesta acção, como noutras do tipo, o sucesso foi tremendo a todos os níveis e mais que justificou o esforço organizacional acrescido. Infelizmente, estas iniciativas ainda são a excepção. No nosso entender, **aumentar a quantidade e frequência de iniciativas deste tipo** e ajudar outras estruturas do LIVRE a fazê-lo é essencial.
- +C #50** Promover a redação de “resumos dos programas eleitorais”. O programa eleitoral tem um propósito político que em muito ultrapassa a comunicação com o eleitorado: é a **expressão de um compromisso político e programático**; de um projecto para o país com o nível de detalhe que



resultou dos processos políticos internos. Por esta razão, é necessário criar um outro documento, bastante **mais aprofundado que um folheto** ou um cartaz, mas bastante **mais acessível que o actual formato do programa eleitoral**, que tenha a **comunicação das nossas propostas principais** como objectivo central. Defendemos que o LIVRE deve criar um ou mais documentos deste tipo, mobilizando os seus M&As a contribuir com experiências comunicacionais **inovadoras e arrojadas**.

ESTRATÉGIA ELEITORAL

A animosidade entre grupos políticos e sociais sempre dificultou a convergência política entre partidos e a mobilização popular. Sendo isso expectável entre partidos de esquerda e direita, as reticências da esquerda em encontrar pontos comuns entre si e em formar alianças estratégicas, que seriam benéficas para a implementação de políticas de esquerda, é mais difícil de perceber. Consideramos que a **questão da convergência continua a ser primordial** para o LIVRE, embora sejamos da opinião que o partido teria a ganhar com uma **atualização e implementação do “Roteiro da Convergência”**, adaptando-o a um contexto político que se alterou significativamente desde a sua redacção inicial, em parte devido ao sucesso do LIVRE em promover o arranjo político que veio a ficar conhecido como “Geringonça”. É essencial **verter as importantes lições aprendidas** nos últimos anos nesse documento estrutural. Somos também da opinião que urge **discutir a estratégia de alianças atempadamente** e que a sua definição cabe à AL ou, quando prático e possível, ao colectivo LIVRE.

Independentemente da estratégia de alianças, no que diz respeito às eleições autárquicas, regionais e legislativas, é **essencial que os núcleos territoriais estejam profundamente envolvidos no delinear da estratégia eleitoral**. Acreditamos que é crucial encorajar os NTs a assumir essa iniciativa, assegurando aos NTs a autonomia necessária. Claro que cabe ao GC, e restantes membros da direcção de campanha, que estas linhas de acção se enquadrem numa estratégia nacional integrada (principalmente no caso de eventuais eleições legislativas), mas **valorizar e empoderar as estruturas locais** neste processo será essencial para uma **alocação de recursos mais eficiente** e para incrementar a **experiência, capacidade e envolvimento dos M&As**. Achamos ainda que essa opção contribuirá para o **sucesso eleitoral no imediato e para o crescimento e fortalecimento do partido no longo prazo**.

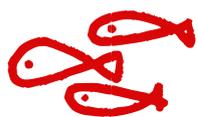
É **essencial pensar na estratégia eleitoral como um processo que começa muito antes do início da campanha propriamente dita**, ou sequer da marcação das respectivas eleições. Consideramos que estas e as outras propostas mencionadas anteriormente sobre a comunicação do partido devem ser integradas na estratégia eleitoral.

Acreditamos também que as **iniciativas que se têm destacado pelo seu carácter original**, como “bicicletadas” e os **outdoors menos convencionais**, têm representado uma boa aposta, que deve ser continuada.

Assim sendo, as nossas propostas passam por:



- + D #51 Defender publicamente a necessidade de actualizar o “Roteiro para a convergência”, como documento estruturante do partido, para nele verter as importantes lições aprendidas nos últimos anos. Não queremos que o documento perca centralidade e relevância ao estar desactualizado.
- + C #52 Defender a necessidade de cumprir o desígnio do LIVRE associado à convergência à esquerda e/ou ecológica, nomeadamente algumas propostas centrais do “Roteiro para a convergência”, tais como *“a fundação de um fórum consultivo permanente entre as forças de oposição, partidárias ou não, às atuais políticas nacionais e europeias.”* É necessário **criar estruturas permanentes para um diálogo construtivo e consequente** com as restantes forças da esquerda e da ecologia.
- + C #53 Defender nos fóruns próprios que o partido deve procurar estabelecer entendimentos com os outros partidos de esquerda para concorrer em lista única nos círculos eleitorais de menor densidade, nomeadamente fora dos círculos de Lisboa, Porto e Setúbal. Na ausência de um círculo nacional de compensação (que continuaremos a defender), os partidos da esquerda continuam a desperdiçar votos que indubitavelmente acabam transferidos para as forças da direita. +C
- + H #54 Valorizar os Núcleos Territoriais, encorajando a sua autonomia e iniciativa, no delinear da estratégia eleitoral autárquica, com os benefícios de curto e longo prazo que isso traz ao partido.
- + D
- + C #55 Continuar e reforçar a aposta nas iniciativas de campanha com carácter menos convencional, tais como bicicletadas. A este respeito, consideramos que “outdoors” de carácter mais convencional representam um desperdício de recursos que o partido melhor alocaria para outros fins. Qualquer outdoor só justifica o seu custo e impacto material e visual se a **originalidade subjacente** (e a capacidade de comunicar e persuadir associada) **o fizer destacar-se dos demais.**
- + C #56 Envolver o colectivo LIVRE na preparação de campanhas eleitorais, desafiando M&As, sempre que possível 6 meses antes do início de cada acto eleitoral, a fazer **propostas para slogans e materiais de campanha** a usar, como cartazes e outdoors. A **criatividade dos M&As** é um recurso desperdiçado nas campanhas actuais. O LIVRE só sairá a ganhar **envolvendo-os mais na definição da estratégia eleitoral.**
- + i #57 Defender que as direcções de campanha façam um esforço para que os materiais de campanha sejam feitos com soluções sustentáveis. Alguns dos materiais de campanha que o LIVRE hoje usa não são consistentes com os valores profundamente ecologistas do partido, nem com as suas propostas neste domínio.
- + i #58 Procurar que o partido garanta a remoção de todos os materiais de propaganda eleitoral num prazo de 45 dias após as eleições. O LIVRE, na última revisão eleitoral, defendeu no Parlamento esta proposta para todos os partidos. Apesar da proposta ter sido rejeitada, seria adequado que começasse por dar o exemplo, tomando a iniciativa de pôr em prática as suas próprias propostas.





COMPROMISSO DE ABERTURA

+C #59 Abrir canal de comunicação da LIVREtária com M&As no PontoLIVRE para recepção de propostas com vista à **melhoria contínua do LIVRE**, o nosso partido **partilhado**. É fundamental desenvolver, **em conjunto**, uma **cultura de colaboração** com vista a um **LIVRE cada vez mais LIVRE**.

LIVRETARIA@PROTON.ME

